

Preâmbulo

A Universidade de Salamanca, ao completar oito séculos, constitui um cenário muito adequado para a apresentação da Carta Magna das Humanidades. Oito séculos de actualização, conservação, cuidado, difusão, estudo e investigação de todos os conhecimentos e saberes unidos e vivificados pelas Humanidades.

Nesta Universidade, como antes e depois dela em muitas outras espalhadas pelo mundo fora, todo o saber foi ensinado e assimilado numa relação harmoniosa entre ambos: a antropologia, as artes, o direito, a economia, a ética, a filosofia, a física, a geografia, a gramática, a história, as línguas clássicas e modernas, a lógica, a literatura, a matemática, a medicina, a música, a pedagogia, a poesia, a política, a psicologia, a retórica, o teatro, a teologia e a tradução. Juntamente com este conhecimento, a aquisição de competências tornou-se possível de modo a contribuir para a construção de sociedades mais igualitárias, mais justas e mais livres. Esta tarefa foi possível porque no centro de todas as disciplinas sempre esteve um mesmo objectivo compartilhado, com as Humanidades, por todas as ciências e conhecimentos: o cuidado da dignidade do indivíduo, da dignidade do ser humano.

Amparados por estas raízes históricas, Decanas e Decanos de Artes e Humanidades propomos esta Magna Carta das Humanidades com a confiança de que possa servir como oportunidade para renovar o compromisso da universidade com a rica herança humanista que a instituição valoriza e, ainda, como resposta conjunta aos debates estéreis em torno do seu carácter atractivo ou não, da sua inactuali-



Magna Charta Humanitatum

dade, rentabilidade ou utilidade.

Mobilizam-nos, pelo contrário, os muitos sintomas sociais, em geral, e universitários, em particular, que indicam que as Humanidades são confrontadas com novos problemas e com algumas incertezas quanto ao futuro académico e do todo social. A excessiva divisão de saberes, a hipertrofia da razão instrumental, o desequilíbrio causado pelo impacto de novas formas de comunicação, formação, relacionamento e trabalho mediante novas tecnologias ou pelo recorte das liberdades, são alguns dos pontos essenciais da crise actual. Mas esta crise não o é das Humanidades: é a própria construção da sociedade democrática que está em perigo ao perigar a dignidade da pessoa.

Por estes motivos, lançamos a partir da Magna Carta das Humanidades um alerta à Universidade e à sociedade sobre os sintomas perturbadores deste processo que se verifica todos os dias em todo o mundo. Um alerta que nasceu na década de 30 do século XX e que recentemente foi enfatizado por um grande número de intelectuais como Rosi Braidotti ou Adela Cortina.

A Universidade deve reivindicar, no discurso público e na política geral e científica, a contribuição substancial das Humanidades para o conjunto do conhecimento contemporâneo, como vetor que é para a criação de valores que concedam sentido à existência e à produção humanas. Um conhecimento que, partindo do seu carácter transversal, cobre a totalidade da experiência humana, e se torna essencial para entender o que somos como comunidade, como chegámos a ser comunidade e o modo como queremos continuar a sê-lo no futuro.

Por tudo isto, a partir da Universidade de Salamanca – que acolheu e congregou as contribuições enriquecedoras de humanistas e intelectuais de todas as nações e povos, com uma ligação especial à



comunidade ibero-americana, como foi o caso e continua a sê-lo a ligação à Ibéria e à América de Bartolomé Ramos de Pareja, Beatriz Galindo, Antonio de Nebrija, Juan de Enzina, Lucas Fernández, Luisa de Medrano, Francisco de Vitória, Domingo de Soto, Diego de Covarrubias, Francisco Salinas, Tomás de Mercado, Luis de Leão, Juan de la Cruz, Francisco Suárez, Juan Meléndez Valdés, Juan Justo García, Ramón de Salas e Cortés, Diego Muñoz Torrero, Miguel Martel, Manuel José Quintana, Pablo Montesino, Pedro Dorado Montero, Mamés Esperabé, Miguel de Unamuno, Federico de Onis, Maria de Maeztu, Antonio Tovar e Enrique Tierno Galván –, proclamamos perante as autoridades universitárias e educativas, e perante a sociedade em geral, os princípios fundamentais que conformam o presente e futuro das Humanidades.

Princípios Fundamentais

1. A Universidade deve continuar a garantir a presença das Ciências Humanas em todas as áreas da sua intervenção: no ensino, na pesquisa e na divulgação, com especial atenção aos novos possíveis digitais e tecnológicos e aos avanços que provêm dos novos quadros teóricos de compreensão e interpretação.
2. A Universidade deve também assegurar que os princípios das Humanidades em torno de todas as disciplinas já mencionadas – e em todas aquelas que podem ser consideradas a eles adscritos – estejam presentes em todo o processo educativo universitário: a dignidade humana, a geração de espaços de encontro intersubjetivo, a igualdade entre os sexos, a interculturalidade, a justiça, a luta contra a discriminação, a concórdia, o respeito às diferenças pelo cultivo de diversas tradições que coexistem na esfera cultural, o desenvolvimento da criatividade e da sensibilidade a todas as práticas artísticas, a integra-



Magna Charta Humanitatum

ção, a transversalidade entre as ciências, os saberes e técnicas, a paideia universitária e o valor da palavra.

3. A Universidade deve promover a reunificação de conhecimentos e práticas, bem como as relações de transversalidade entre eles em face da fragmentação administrativa que implica a superabundância de regulamentos e normas que organizam a educação. A compartimentação excessiva não favorece nem os estudantes nem os professores, nem o pessoal administrativo, nem os próprios estudos científicos, humanísticos e técnicos, nem, em última instância, a sociedade considerada como um todo.
4. A influência das Humanidades deve também alcançar a recuperação de critérios subjectivos e conceder significado e escala humana ao uso massivo e global das tecnologias. Deve contribuir para superar o frio mercantilismo burocrático que quer transformar os estudantes em “clientes”. As universidades não deveriam incorrer num tratamento alienante de indivíduos específicos.

Meios de implementação

As Universidades comprometem-se a:

1. Assegurar que os processos administrativos e o ensino se baseiem no relacionamento pessoal com os alunos e não em outros critérios fora da função formativa da universidade.
2. Assegurar os meios materiais e normativos para que o ensino humanístico possa ser transmitido com a máxima qualidade atendendo à peculiaridade dos mesmos:
 - a. tanto em relação à organização específica de disciplinas e matérias, possibilitando a distribuição dos alunos em pequenos grupos; a organização de seminários; visitas a bi-



■ Magna Charta Humanitatum

- bibliotecas, monumentos e museus; participação em exposições artísticas, concertos, palestras, recitais poéticos, performances teatrais, exibição de filmes e outras atividades relacionadas ao ensino;
- b. como na preparação dos diplomas de graduação e pós-graduação, favorecendo a integração e facilitando o acesso a conteúdos e disciplinas humanísticas aos alunos dos diferentes percursos formativos;
 - c. e, inclusive, nos critérios que devem reger os processos de selecção do corpo docente, que devem garantir a adequação de sua formação à peculiaridade de cada disciplina.
3. Considerar as Humanidades em igualdade com outras áreas de conhecimento, no que diz respeito ao desenvolvimento de programas de pesquisa, programas em que os critérios de avaliação e concessão sejam o reflexo das peculiaridades das áreas desses âmbitos do conhecimento e da criação.
 4. Melhorar as possibilidades de difusão social dos resultados da pesquisa artística, audiovisual, literária, musical, poética, teatral e crítica através de todos os meios analógicos ou digitais de publicação, bem como a organização de colóquios, concertos, congressos, exposições, conferências, seminários e simpósios.
 5. Adaptar os critérios de avaliação do corpo docente das Humanidades, de modo a que incluam elementos de avaliação específicos e não a mera extensão dos critérios aplicáveis nas ciências experimentais.
 6. Organizar, individualmente ou em colaboração com outras instituições, actividades extra-académicas baseadas nos eixos fundamentais das Humanidades que permitam aos alunos abordar, a partir de perspectivas transversais, o grande legado histórico das



■ Magna Charta Humanitatum

artes, do cinema, da cultura popular, da filosofia, da fotografia, da literatura, da música, da poesia, do teatro e do pensamento em todas as suas áreas, e implicação participativa em questões comuns e públicas para gerar espaços de liberdade e responsabilidade democrática.

7. Favorecer a presença social e política da Universidade em fóruns nacionais e internacionais em favor das Humanidades.

As Decanas e os Decanos, Directoras e Directores que subscrevem o documento em nome das suas respectivas Faculdades e Centros, comprometem-se a realizar todas as acções possíveis para que as autoridades educativas em geral e as universidades em particular sejam inspiradas por esta Carta e se comprometam com a aplicação do que o seu conteúdo estabelece.

Salamanca, 28 de Novembro de 2018.

